

ICMBio

Edição 562 – Ano 12 – 19 de junho de 2020

em foco

Visitação em UCs continua a bater recordes

Aos poucos, parques nacionais começam a reabrir

Resex Ipaú-Anilzinho completa 15 anos



Aos poucos, os parques nacionais começam a reabrir

A partir do dia 10 de junho, o ICMBio começou a reabrir alguns parques nacionais sob sua administração. Os primeiros a reabrir as portas ao público foram os Parques Nacionais de Iguaçu, no Paraná; e os de Aparados da Serra e Serra Geral, que ficam na fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A visita foi suspensa no dia 17 de março para atender às determinações que promovem o isolamento social. O objetivo era evitar mais um ponto de aglomeração, no entanto, serviços administrativos continuaram a ocorrer ainda que de forma remota. A fiscalização ambiental, incluída no rol de serviços essenciais, também continuou normalmente.

As unidades de conservação federais foram reabertas de forma gradual, conforme as regras de cada estado e município, com planejamento e obedecendo todas as orientações de segurança para evitar a proliferação do Covid-19. Para isso, foram estabelecidas regras de segurança para evitar aglomerações, além da disponibilização de álcool gel ou de produtos de higienização para mãos e o uso obrigatório de máscara de proteção facial. O número de visitantes da unidade de conservação deverá ser reduzido até o limite de 40% de sua capacidade de público, de forma que a visita possa ocorrer respeitando o

espaçamento mínimo de 2 metros entre as pessoas. A orientação do ICMBio é que os parques priorizem a venda de ingressos on-line, serviços ou agendamentos, para evitar filas, e marcação no piso com distanciamento de 2 metros, a partir do balcão e entre os clientes.

O Parque Nacional de Iguaçu foi o primeiro a reabrir, no dia 10. A reabertura do Parque, ao menos para os locais, era uma demanda da população de Foz do Iguaçu (no lado brasileiro) e de Puerto Iguazú (lado argentino). A retomada da visita foi apenas um dos eventos que marcou o aniversário de 106 anos da cidade. O Grupo Cataratas, concessionária responsável pelo Parque, juntamente com comerciantes locais, promoveram um dia de "reaberturas"; além da UC, outros atrativos turísticos da cidade, como hotéis, resorts e restaurantes também voltaram a funcionar. O Parque reabriu atendendo a uma série de medidas sanitárias: a UC funcionará de terça a domingo (de 9h às 16h) e a venda de ingressos será exclusivamente feita pela Internet, com exceção dos ingressos para a população local. Além disso, a prefeitura providenciou testes de Covid-19 para testar pacientes sintomáticos, foram instaladas barreiras sanitárias na entrada do parque, bem como pontos com álcool gel para higiene das mãos, bem como a obrigatoriedade do uso de máscaras.

Parque Nacional do Iguaçu foi o primeiro a reabrir, mas sob regras especiais

É importante lembrar que o Parque Nacional de Iguaçu, a contraparte argentina, não está aberto. A previsão é que isso ocorra apenas na segunda quinzena de julho.

Medidas semelhantes também foram adotadas nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e de Serra Geral. Vizinhos, os parques recebem, aproximadamente, 200 mil visitantes anuais, interessados em curtir o belo visual dos cânions catarinenses e gaúchos. Para reabertura do Parque, todos os interessados (comerciantes e prefeitura de Cambará do Sul) se comprometeram a adotar medidas de segurança a fim de que a doença não se alastre na cidade – apenas dois casos foram confirmados em Cambará do Sul.

Nesta segunda-feira (16) foi a vez do Parque Nacional de Brasília retomar a visita. Um dos atrativos mais procurados pelos brasilienses, as piscinas de água mineral (motivo pelo qual o Parque é chamado informalmente de "Água Mineral") vão permanecer fechadas, assim como a Trilha da Capivara. Apenas a Trilha Cristal D'água está em funcionamento, assim, o parque está em conformidade com o decreto distrital que reabriu os parques sob administração do Governo do Distrito Federal em só permitir a reabertura destes espaços para a prática de exercícios físicos individuais. A cobrança de ingresso foi suspensa por pelo menos trinta dias. Como medidas de segurança, há pontos de sanitização das mãos, bem como aferição de temperaturas por duas profissionais de saúde. Atendendo ao decreto distrital, os visitantes devem utilizar máscaras durante toda a sua permanência na UC e será de responsabilidade de cada um providenciar sua própria proteção.



Presidenta do ICMBio prestigia a reabertura do Parque Nacional de Brasília



Visitação em UCs continua a bater recordes

Em 2019, as 137 unidades de conservação (UCs) federais receberam 15.335.272 visitas, um aumento de 20,4% em relação a 2018 (12.389.393), sendo 6,4% (922.794) devido ao aumento real de visitas e 14% (2.023.085) à melhora no esforço de monitoramento, uma vez que a quantidade de UCs monitoradas também foi a maior já registrada, 137 unidades. Além de contribuir para a conservação da

natureza e para a sensibilização da sociedade em relação ao meio ambiente, o ecoturismo também impulsiona o desenvolvimento da economia nacional com a geração de emprego e renda. Só em 2018, foram gerados cerca de 90 mil empregos, R\$ 2,7 bilhões em renda, R\$ 3,8 bilhões em valor agregado ao PIB e R\$ 1,1 bilhão em impostos.

Unidades de conservação abrigam famosos cartões-postais do Brasil, como as Cataratas do Iguaçu

O Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, continua sendo o mais visitado (veja lista abaixo), seguido do Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná. A Mata Atlântica foi o local de 67% de visitação com quatro das dez unidades mais visitadas. A categoria Parque Nacional permanece como principal, mas Áreas de Proteção Ambiental, Monumentos Naturais e Reservas Extrativistas vêm ganhando destaque e representam parcela importante da visitação total. Grande parte das visitas, 13,8 milhões, estão concentradas em 22 unidades de conservação, enquanto 1,1 milhão de visitas estão distribuídas nas outras 115 unidades de conservação.

VINTE ANOS DE VISITAÇÃO

Nas unidades de conservação, estão alguns dos pontos turísticos mais conhecidos do Brasil. O Cristo Redentor, as Cataratas do Iguaçu, as praias paradisíacas de Fernando de Noronha e inúmeras paisagens estão localizadas em unidades de conservação federais. Há vinte anos, as Unidades de Conservação (UCs) recebiam cerca de 1,9 milhões de visitas. O número hoje é quase oito vezes maior. Em 2019, foram mais de 15 milhões de turistas. A Coordenação de Planejamento e Estruturação da Visitação (Coest/CGEUP/Diman) realizou um levantamento contando os principais avanços de 2000 para cá. Conheça o relatório [aqui](#).

Desde a criação do ICMBio, a visitação cresceu 482% e o número absoluto de unidades monitoradas cresceu 652%. Até 2010, o foco de gestão da visitação era concentrado nos parques nacionais. A partir de 2010, a promoção e o monitoramento da visitação foram ampliados para outras categorias de UCs com saltos significativos de monitoramento.

A explosão no número de visitas se deve a vários fatores. Primeiramente, o ICMBio está contando o número de visitas com maior eficiência, pois ainda não havia uma normativa



Parna da Tijuca também é procurado pelos praticantes de esportes radicais

que orientasse os gestores para essa contagem. O que seria registrado: o número de visitantes únicos ou a quantidade de vezes que uma pessoa iria a uma UC num mesmo ano? Essas e muitas outras dúvidas foram sanadas pela Instrução Normativa 05/2018, que contou com o apoio da Coordenação de Planejamento e Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (Coest) na sua publicação. A IN define que a unidade de contagem adotada é o número de visita, e não mais visitantes, uma vez que o visitante pode permanecer mais de um dia na mesma UC. A IN também instituiu os métodos de contagem que incluem contagem direta (portaria, controle de ingressos, sistema de agendamento, imagens aéreas etc.), estimativa (dados aferidos por meio de amostras) e auto registro (quando o registro é feito pelo próprio visitante, como livros de visitas, formulários etc.).

O número também denota outras ações providenciadas pelo ICMBio a fim de impulsionar a visitação. Atualmente, 137 unidades de conservação reportam os dados de visitação e estão alinhadas com a IN 05/2020. Isto é importante para que a Coest consiga mensurar o aumento real de visitação nas unidades e apresentar



Arquipélago de Fernando de Noronha possui duas UCs entre as mais visitadas do país

dados cada vez mais próximos da realidade e subsidiar estudos e análises, como o impacto das UCs no turismo nacional, e identificar forças, desafios e objetivos alcançados.

Com isso, o ano de 2019 registrou um aumento histórico, pela primeira vez ultrapassando as 15 milhões de visitas, um aumento de 20,4% no número de visitas (2.945.879) em relação ao ano anterior (12.389.393), sendo 6,4% (922.794) devido ao aumento real da visitação e 14% (2.023.085) à melhora no esforço de monitoramento.

CONCESSÕES

Em 2000, a contagem de visitas em unidades de conservação concessionadas começou com 767.151, quando ainda só o Parque Nacional do Iguaçu oferecia esses serviços. Em 2019, este número saltou para 5.999.310, com dados de sete parques nacionais. No Parque Nacional do Iguaçu, as visitas aumentaram 40%, o que indica que mesmo com a adição de mais parques

nacionais, a visitação continuou a crescer.

Hoje, as unidades de conservação sem concessões respondem por 61% do total de vistas. Logo, segundo o estudo da Coest, os números revelam o grande potencial econômico das unidades de conservação, a possibilidade de retorno do investimento feito pelas concessionárias e a importância dos contratos e parcerias com a iniciativa privada. Este potencial é reforçado principalmente pelo fato de o Brasil ser um dos líderes mundiais no turismo de natureza, ecoturismo e aventura, além do turismo de praia, sendo as duas categorias contempladas nas unidades de conservação.

Antes, a contagem era mais focada nos Parques Nacionais (que geralmente possuem um grande potencial de uso público). Atualmente, outras categorias também passaram a divulgar seus números e participar da fatia total. Se, em 2012, os Parques Nacionais da Tijuca e do Iguaçu representavam 71%, atualmente estes dois parques juntos representam 32% do montante total. E como a visitação destes dois não diminuiu, foi possível apontar o crescimento em outras UCs e em outras UCs de categorias diferentes. Em 2019, por exemplo, a terceira UC mais visitada foi a APA de Petrópolis (RJ), com 2 milhões de visitas, número muito próximo ao do Parque Nacional de Iguaçu, que foi a segunda colocada. Ainda entre as dez UCs mais visitadas, estão a Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo (RJ), o Monumento Natural do Rio São Francisco (AL/BA/SE) e a APA Costa dos Corais (AL/PE).

20 ANOS DE VISITAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

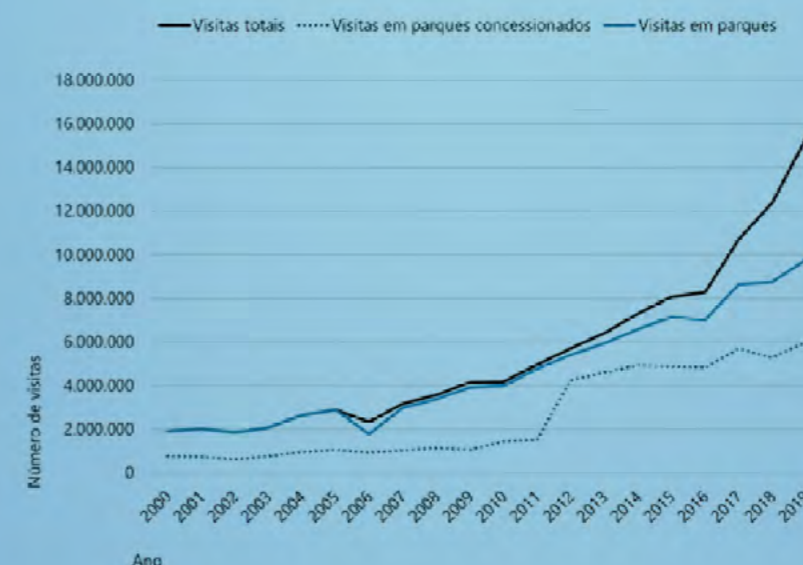
109 milhões de visitas* em 2 décadas

mais de 15 milhões de visitas em 2019

aumento de 20% entre 2018 e 2019

sendo 6,4% devido ao aumento real da visitação e 14% à melhora no esforço de monitoramento

137 unidades de conservação monitoram a visitação



Unidades mais visitadas em 2019

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Nº DE VISITAS
1 Parque Nacional da Tijuca	2.953.932
2 Parque Nacional do Iguaçu	2.020.358
3 Área de Proteção Ambiental de Petrópolis	2.000.000
4 Parque Nacional de Jericoacoara	1.322.883
5 Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo	966.357
6 Monumento Natural do Rio São Francisco	713.400
7 Parque Nacional da Serra da Bocaina	697.964
8 Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha	643.916
9 Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	613.259
10 Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais	314.705

*É contado o número de visitas e não visitantes, uma vez que o visitante pode permanecer mais de um dia na mesma UC.

Biomass

Amazônia,
256%
de aumento
na visitação

Mata Atlântica
65%
das visitas

Caatinga
14%
das visitas



ICMBio publica Sumário Executivo do Plano de Conservação Estratégico de Carajás

Já está disponível para leitura e download o Sumário Executivo do Plano de Conservação Estratégico de Carajás. Acesse a publicação [aqui](#). O documento é resultado de um processo envolvendo os diferentes atores no Mosaico de Carajás traçando planos e objetivos para conservação ambiental do território e desenvolvimento sustentável.

O Plano de Conservação Estratégico tem horizonte de implementação até agosto de 2024, com previsão de renovação em ciclos de 5 anos, e contará com um Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), responsável pelo monitoramento anual, avaliação de desempenho e proposição de ajustes do Plano. Ao todo, foram definidos nove objetivos específicos, abrangendo 48 ações de conservação para as áreas protegidas e entorno.

O conjunto de áreas protegidas de Carajás é um vasto território composto de sete locais de proteção, sendo seis unidades de conservação (Florestas Nacionais de Carajás, Tapirapé-Aquiri e Itacaiúnas; Reserva Biológica Tapirapé, APA Igarapé Gelado e Parque Nacional Campos Ferruginosos) e uma terra indígena (TI Xikrin do Cateté). Juntas, elas formam um bloco com 1,2 milhões de hectares, sendo a maior área de floresta amazônica contínua no sudeste do Pará.

A Floresta Nacional (Flona) de Carajás e a Flona do Tapirapé-Aquiri possuem no seu interior aproximadamente 33 grandes obras ou atividades licenciadas que resultam em dezenas de processos administrativos por ano, se somadas as solicitações de autorizações de supressão vegetal, autorizações diretas e autorizações de pesquisa mineral. No âmbito de cada processo, pode ser estabelecido um

amplo conjunto de condicionantes ambientais, como, por exemplo, a demanda por monitoramento, estudos específicos, ações de conservação e manejo, dentre outros.

Quando do licenciamento de um empreendimento na Flona de Carajás, foram estabelecidas duas condicionantes com que se buscava uma visão sistêmica da região para subsidiar tanto as análises de impacto ambiental como as estratégias de conservação e de mitigação associadas. Um dos estudos associados a essas condicionantes foi o chamado Projeto Cenários, ou Estratégia de Conservação da Savana Metalófila da Floresta Nacional de Carajás, coordenado pelo ICMBio.

Ainda no mesmo processo de licenciamento foi prevista também como condicionante ambiental a elaboração do Plano de Conservação de Longo Prazo do Conjunto de Áreas Protegidas de Carajás, abarcando toda a região em que se inserem as unidades de conservação. Este documento foi elaborado na forma de um abrangente estudo com diagnósticos, mapeamento de vetores e prognósticos coordenado pela Vale S.A., em diálogo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e com aporte dos resultados do Projeto Cenários.

Desta forma, o Plano Estratégico é uma ferramenta de essencial importância para a gestão do território à medida que considera cenários de curto, médio e longo prazos, sempre com a intenção de mitigar as atividades e aproveitar oportunidades. Com a implementação do projeto, são esperadas maior eficiência e efetividade dos processos de licenciamento ambiental e nas ações de conservação da rica biodiversidade do local.

Acervo ICMBio



Resex no interior do Pará abriga 430 famílias

Resex Ipaú-Anilzinho completa 15 anos

Situada na zona rural do município de Baião, interior do Pará, a Reserva Extrativista (Resex) Ipaú-Anilzinho completou 15 anos de criação no dia 14 de junho. A área tem 56 mil hectares com rico patrimônio socioambiental e abrigam 430 famílias. A unidade de conservação foi criada para proteger um importante território com ecossistemas terrestres e aquáticos, onde as águas convergem para o rio Tocantins, e modos de vida culturalmente diversos.

Na unidade, vivem três comunidades tradicionais reconhecidas como quilombolas e ribeirinhas. Essas famílias extrativistas desenvolvem atividades produtivas com os castanhais, sobretudo a coleta da *Bertholletia excelsa* (castanha), um dos produtos florestais mais conhecidos do mundo e de uso múltiplos. Além disso, a agricultura de subsistência e a pesca artesanal contribuem para a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias. As atividades são desenvolvidas no cotidiano com cuidado os recursos, incluindo os conhecimentos tradicionais associados.

Hoje, 15 anos após sua criação, a Resex acumula conquistas, além do direito de permanência num território historicamente ocupado, sociais, econômicas e ambientais por meio do acesso a políticas públicas. Para o morador da Resex, João Maria Ferreira, ações de fiscalização realizadas pelo ICMBio é um dos grandes avanços. "Essas ações de fiscalização possibilitaram a redução do desmatamento, protegendo áreas de castanhais remanescentes, que é de grande utilidade às famílias locais", ressalta.

Rodrigo Figueiredo



Parque Nacional dos Campos Ferruginosos é uma das Unidades que compõem o território de Carajás

ODS relacionados



ODS relacionados



Dia Mundial dos Albatrozes chama atenção para ameaças às aves oceânicas

Neste ano, no dia 19 de junho, pela primeira vez será comemorado o Dia Mundial dos Albatrozes (WAD 2020). A ideia surgiu no ano passado, durante a 11ª Reunião do Comitê Consultivo do Acordo Internacional Para a Conservação de Albatrozes e Petréis (ACAP), que ocorreu em Florianópolis (SC), quando especialistas em aves marinhas alertaram para a grave situação de aves oceânicas como albatrozes, petréis e pardelas, que ano após ano têm perdido suas vidas em redes de pesca. Isso ocorre na pesca industrial: enquanto as aves estão próximas ou até dentro das águas se alimentando, por vezes são capturadas junto com os peixes.

O tema da primeira edição será “Erradicação de Pragas em Ilhas”, escolhido para destacar as ameaças que os albatrozes e os petréis também enfrentam em suas ilhas de reprodução. Estas espécies escolhem ilhas ou ambientes próximos ao litoral para reprodução, construção de ninhos, postura de ovos e cuidados iniciais com os filhotes. Com a crescente urbanização destes espaços pelos seres humanos, junto com eles vêm animais como gatos e roedores. Estes animais, que se fixam como fauna exótica e invasora, rapidamente conseguem se reproduzir e atacar as aves nativas, ou mesmo destruir seus ninhos e predação filhotes.

Em todo o mundo, esta ameaça mobiliza esforços de cientistas e gestores ambientais para que estes animais possam ser controlados e erradicados. Um exemplo ocorre na Ilha de Gough, território ultramarino britânico situado no meio do Atlântico Sul. Apesar de não haver população civil permanente na ilha, que é Patrimônio da Unesco e Reserva da Biosfera, ratos gigantes têm sido algozes de uma espécie rara de albatroz, o albatroz-de-tristão. Estes

ratos são descendentes de ratos comuns europeus e chegaram à Ilha nos porões dos navios que ali aportavam desde o século XIX. Sem predadores naturais e graças a uma ótima capacidade de reprodução, os ratos devoravam filhotes e ovos do albatroz-de-tristão, tanto que conseguiram crescer até 50% a mais que seus ancestrais. Os roedores são tão ferozes que no ano passado foram flagrados devorando até mesmo aves adultas.

Os albatrozes-de-tristão são aves monogâmicas eternas e só produzem um único ovo por ano. A Royal Society for the Protection of Birds divulgou um estudo que constatava que existiam não mais que 2 mil pares reprodutores. Com os ratos devorando também indivíduos adultos, a conta é que mais de dois milhões de filhotes podem ter deixado de nascer, visto que se o parceiro de uma ave morre é praticamente impossível que ela volte a procriar com outro.

A predação de ratos e outras espécies é comum em Ilhas Oceânicas. No Brasil, o ICMBio e outras instituições ambientais têm travado uma árdua batalha para combater indivíduos invasores no Arquipélago de Fernando de Noronha,

também um conhecido ponto de interesse de aves oceânicas. Por lá, ratos, gatos domésticos e teiús são os animais que mais colocam em risco o nascimento e desenvolvimento de animais nativos.

O Acordo para a Conservação de Albatrozes e Petréis (ACAP) conta com a participação de 13 países e busca conservar albatrozes e petréis, coordenando atividades internacionais para mitigar ameaças às populações destas aves migratórias. O ACAP foi ratificado e entrou em vigor no Brasil em 2008 e é através do **Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Albatrozes e Petréis** (PLANACAP) que é implementado em nosso país, sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves (Cemave). O ACAP é um acordo no âmbito da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres – CMS da Organização das Nações Unidas (ONU).

AVES OCEÂNICAS

Albatrozes e petréis são aves migratórias sentinelas da saúde dos oceanos e importantes para a manutenção da biodiversidade marinha. São as aves marinhas mais oceânicas, raramente se

Aves oceânicas como albatrozes são ameaçadas pela destruição de habitat, introdução de espécies invasoras e captura incidental



Espécies invasoras, como ratos e gatos domésticos, predam filhotes e até indivíduos adultos, comprometendo a reprodução das aves oceânicas

aproximando da terra, exceto para reprodução. Diversas espécies realizam amplos movimentos migratórios e longas viagens de alimentação que cobrem milhares de quilômetros, podendo, por exemplo, circundar o continente antártico. A grande capacidade de deslocamento e a ampla área de distribuição dos Procellariiformes implicam a interferência, por parte das atividades pesqueiras no Brasil, na reprodução das aves na Antártica, nas ilhas subantárticas, no Atlântico Central e nas ilhas da Nova Zelândia e Austrália.

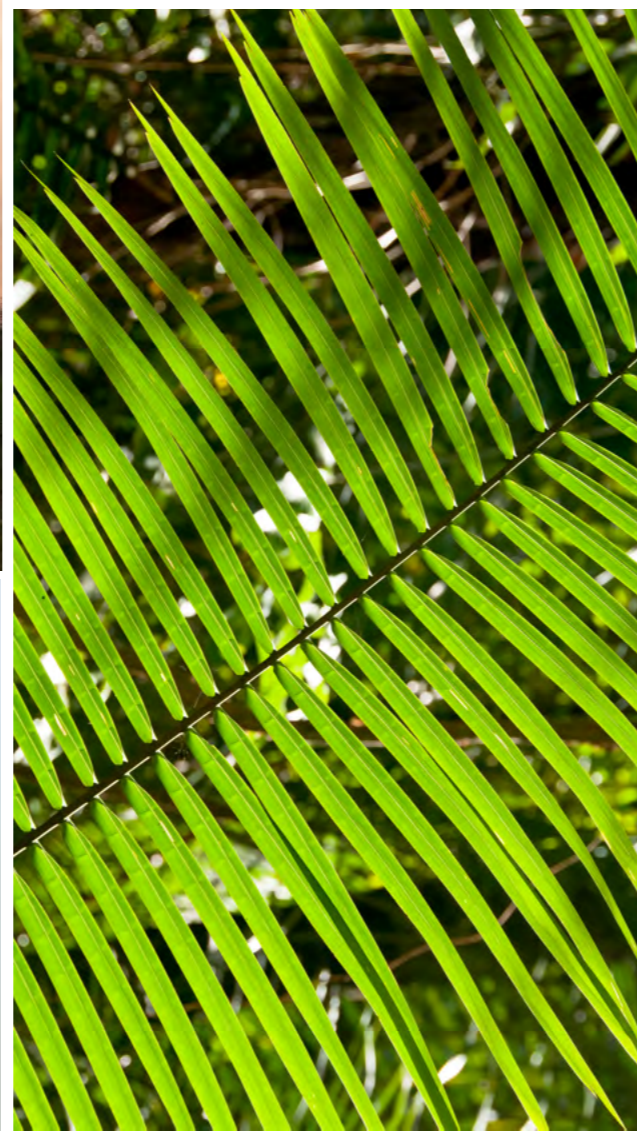
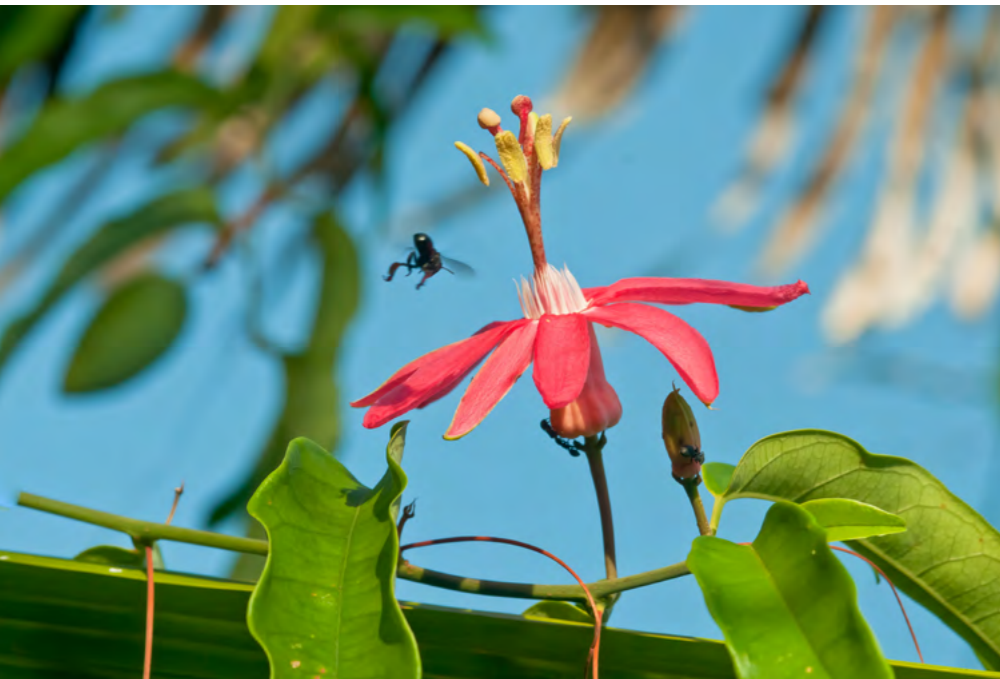
Os dois ciclos do Plano de Ação Nacional trouxeram conquistas importantes. Entre elas, a publicação de normas do governo brasileiro que impulsionam o cumprimento da frota pesqueira no uso de medidas de mitigação recomendadas mundialmente para reduzir a captura incidental de albatrozes e petréis na pesca industrial. O Planacap também formou um conjunto forte de articuladores e colaboradores de diversas instituições engajados em entender e minimizar outras ameaças, como o potencial impacto da poluição e da presença massiva de plástico nos oceanos para estas aves, além de estruturar um Banco Nacional de Amostras Biológicas de Albatrozes e Petréis.

ODS relacionados



Resex Chapada Limpa (MA)

Palê Zuppani





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanan Miranda

Diagramação

Marília Ferreira

Revisão de Texto

Marjorie de Carvalho Malaquias

Chefe da Divisão de Comunicação

Marjorie de Carvalho Malaquias

Foto da Capa

Acervo Parna da Tijuca

Colaboraram nesta edição

André Macedo – NGI Carajás; Carla Viviane – DCOM; Patrícia Serafini – Cemave; Rodrigo Figueiredo – Resex Ipaú-Anilzinho.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



[@icmbio](https://instagram.com/icmbio)



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL